

## **19 – MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP**

### **CENSO 2000**

#### **Censo Demográfico**

No âmbito das atividades previstas no Programa Censo 2000, o IBGE divulgou ao longo de 2002 informações extremamente relevantes para o conhecimento da realidade demográfica e social do país, através de diversos meios, com o objetivo de facilitar o acesso aos dados por parte dos cidadãos brasileiros. Os resultados e produtos alcançados estão listados abaixo:

*Divulgação de Dados* - Banco Multidimensional de Estatísticas: Censo Demográfico 2000 - Resultados do Universo; Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000: Resultados Preliminares da Amostra; Censo Demográfico 2000: Fecundidade e Mortalidade Infantil - Resultados Preliminares da Amostra; Base de Informações por Setor Censitário: Censo Demográfico 2000 - Resultados do Universo; Censo Demográfico 2000: Agregado de Setores dos Resultados do Universo; Indicadores Sociais Municipais 2000; Tendências Demográficas: Uma Análise dos Resultados do Censo Demográfico 2000; Censo Demográfico 2000: Primeiros Resultados da Amostra; Banco Multidimensional de Estatísticas: Censo Demográfico 2000 - Resultados da Amostra e; Censo Demográfico 2000: Resultados da Amostra - Microdados.

*Liberção de Malhas e Mapas* - Mapas Municipais Estatísticos: mapas dos municípios usados na coleta de dados do Censo 2000, com divisas intermunicipais, manchas urbanas, setores censitários rurais etc.; Malha de Setor Censitário Urbano Digital do Distrito - Sede dos Municípios do Brasil: Situação 2000; Malha de Bairro Digital do Distrito - Sede dos Municípios do Brasil: Situação 2000 e; Malha de Setor Censitário Rural Digital do Brasil: Situação 2000 – representação vetorial das divisas dos setores, de acordo com a divisão político-administrativa do Brasil vigente em 1997.

*Outros resultados alcançados*: Digitalização das Folhas de Coleta do Censo Demográfico 2000 e construção de bancos de imagens e de dados, que constituem o cadastro de endereços de todas as unidades (domicílios e unidades não residenciais) registradas pelo recenseador em seu setor de trabalho.

#### **Desenvolvimento De Gerentes E Servidores**

##### **Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública**

Foram treinados 12.830 servidores na ação de “Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública”, equivalente a 58,4 % do total de servidores. A meta prevista para a ação era de 7.200 servidores capacitados em cursos gerenciais. A ENAP superou em 78,3% a meta, e capacitou 12.830 em seus cursos de desenvolvimento gerencial presenciais e à distância em todo o Brasil, tanto em seus cursos regulares, como em cursos especialmente desenhados a pedido de organizações federais, voltados ao gerenciamento de equipes e à aplicação de ferramentas de gestão.

Os cursos mais procurados foram: Mobilizando Equipes (942 treinandos); Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional (614 treinandos); Melhoria da Gerência Pública (473 treinandos) e Gerenciamento de Contratos de Terceirização e de Prestação de Serviços (321 treinandos). Além de cursos específicos de Desenvolvimento de Gerentes, Operacionais e Supervisores - DGOS (580 gerentes) e Desenvolvimento de Gerentes Intermediários (858 gerentes).

##### **Estudos/Pesquisas sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento**

Para esta ação, foram realizadas 9 pesquisas, representando 112,5% da meta estabelecida de 8 pesquisas, a saber: Avaliação de eficácia dos cursos da ENAP; Reforma Empreendedora da Administração Pública: Ações do Período 1995-2002; Impacto Organizacional da Prestação de Serviços Públicos pela Internet; Perfil dos Gerentes de Programas de Políticas Setoriais; Macro-estrutura do Governo Federal; Organização dos Artigos do Livro “Repensar Carreiras”; Avaliação de desempenho: a GDAT traz algo de novo?; Competências de Direção na

Administração Pública Federal na Percepção dos DAS 4; A Ação da ENAP em Apoio à Reforma Gerencial: Evolução Institucional, Escolhas Estratégicas e Resultados Alcançados.

### **Formação Inicial para Carreiras do Serviço Público Federal**

Para 2002, a meta estabelecida para a ação era 150 alunos matriculados em cursos de formação inicial para carreiras do serviço público federal. Matricularam-se 204 alunos, superando em 36% a meta estabelecida, dos quais 197 concluíram. A ENAP ofereceu cursos de formação inicial para as carreiras de Analista em Planejamento e Orçamento, 58 concluintes, e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 80 concluintes. O curso faz parte do processo seletivo de ingresso na administração pública federal. A ENAP realizou, também, a formação da primeira turma de Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Estado de Sergipe (TPPGG/SE), com 59 concluintes.

Além destes cursos, foram atendidas demandas específicas. A ENAP realizou duas turmas de Analista de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia (ACT/MCT), com 91 concluintes e turmas de cursos de preparação para as carreiras de Oficial e Assistente de Chancelaria, 58 e 47 concluintes respectivamente, para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o que totalizou 196 concluintes não contabilizados nesta ação e sim em “Desenvolvimento Gerencial para a Administração Pública”.

### **Promoção de Evento sobre Administração Pública, Reforma do Estado e Melhoria da Gestão Governamental - Gestão Conhecimento**

Para a ação, a meta estabelecida era 6 eventos, sendo que a ENAP realizou 10 eventos, portanto 166,7% da meta inicial: Seminário internacional “O dirigente público e a gestão do entorno político”; Premiação do 6º Concurso de Inovações- Prêmio Hélio Beltrão; Palestra Serviço de Informação e Comunicação do Governo; 1ª Reunião de Trabalho da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa- CPLP- sobre o Governo Eletrônico; Oficina Internacional “A gestão de programas face à transição de governo”; Seminário internacional “Desenvolvendo habilidades de inovação e liderança pessoal”; Seminário internacional “Experiências de reforma do setor público na Europa e na Alemanha: da gestão para a governança”; Seminário internacional “Reformas da gestão pública: a experiência internacional pode ser transferida?”; Premiação do 7º Concurso de Inovações- Prêmio Hélio Beltrão; Seminário internacional “Mudanças recentes na gestão pública do Reino Unido: impactos das novas tecnologias, qualidade dos serviços públicos, contratualização e reforma do serviço civil”.

### **Gestão Do Patrimônio Público**

#### **Alienação de Imóveis da União Não Destinados ao Uso do Governo Federal**

No que se refere à ação “Alienação de imóveis da União não destinados ao uso do Governo Federal”, apurou-se como resultado das medidas adotadas ao longo deste exercício, a realização de 248 aforamentos gratuitos, 9 aforamentos onerosos, e a cessão onerosa de 9 imóveis.

A remição de aforamento de 79 imóveis e a alienação do domínio pleno de 37 imóveis renderam aos cofres públicos a quantia de R\$24.488.965,41 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos). Também foram cedidos nove imóveis, sob a forma onerosa. A Secretaria, por fim, autorizou a remição de aforamentos nas cidades de Barueri e Santana do Parnaíba (abrangendo os condomínios Alphaville, Tamboré etc), cujos resultados serão obtidos provavelmente no exercício de 2003.

#### **Demarcação de Imóveis ao Longo do Litoral e Margens dos Rios Federais**

Relativamente à ação “Demarcação de Imóveis ao longo do Litoral e Margens dos Rios Federais”, informamos que o produto a ser considerado é *Km Demarcado* e, partindo dessa premissa, os resultados apresentados nessa Ação foram a demarcação de cerca de 60 km de LPM no Estado do Rio Grande do Norte (trecho: Guaporé - Ponta do Mel) e 82,53 km de Linha Média das Enchentes Ordinárias - LMEO, 75,53 km no Estado da Bahia e 7 km no Mato Grosso. Assim, foram demarcados 142,53km de linha atingindo 47,04% da meta estipulada.

O não cumprimento das metas estipuladas, para o exercício de 2002 (303km de linhas a serem demarcadas), deve-se ao fato de que a conclusão do processo licitatório foi retardada, em decorrência da regularização das licitantes perante o SICAF somente em setembro de 2002, atrasando a contratação dos serviços de confecção da base cartográfica necessária aos trabalhos de demarcação. Desta forma, a demarcação somente terá início após o recebimento da base cartográfica ora contratada, estimada para março de 2003.

### **Cadastramento de Imóveis Localizados em Áreas de Domínio da União**

O cadastramento de imóveis dominicais alcançou o número de 12.304 imóveis, correspondente a 41,01% da meta estabelecida para o PPA, prejudicada em decorrência do atraso da demarcação, já relatado, e das restrições orçamentárias, ampliadas pelo Decreto nº 4.231/02, o que inviabilizou o deslocamento de servidores lotados nas Gerências Regionais para execução do cadastramento de ofício (para solução de problemas pontuais), bem como a necessária contratação de Empresas especializadas em cadastramento de imóveis, uma vez que as Gerências Regionais não dispõem de estrutura suficiente para realização do cadastramento em massa.

### **Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA**

#### **Desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Patrimonial**

Relativamente às ações “Sistema Integrado de Administração Patrimonial – SIAPA” e “Desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração Patrimonial”, foram atingidas 100% das metas, com a manutenção e desenvolvimento do SIAPA ocorrendo dentro dos parâmetros esperados, objetivando otimizar as atividades essenciais ao gerenciamento das receitas patrimoniais oriundas dos imóveis da União. Nesse particular, iniciou-se no ano de 2001 e foi intensificada neste exercício, a cobrança sistemática dos devedores de receitas patrimoniais, por intermédio do SIAPA, priorizando-se o procedimento de cobrança relativo aos maiores devedores de receitas inadimplidas. Nesse contexto, foram implementadas duas novas funcionalidades no SIAPA: a notificação de débitos “on line” e a automatização da inscrição na Dívida Ativa da União com a integração entre o SIAPA e o sistema que atende à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Com isso, foram expedidas, entre janeiro e dezembro de 2002, 290.349 notificações de débitos e encaminhados para inscrição na Dívida Ativa da União débitos relativos a 3.552 imóveis, correspondentes a R\$ 92.972.794,30 (valor principal dos débitos, desconsiderados os juros e multas).

Agregou-se ao referido sistema outra ferramenta, mediante a criação de página da SPU na Internet, disponibilizando maiores facilidades às projeções da Secretaria (Gerências Regionais em 22 Estados) nas suas iniciativas de combate à inadimplência, gestão do patrimônio público e atendimento ao cidadão. Com esses procedimentos adotados, a arrecadação total de receitas patrimoniais em 2002 foi de R\$199.771.927,64 indicando um incremento de 18,46% sobre a arrecadação do ano passado, no valor de R\$168.636.549,89. O crescimento de arrecadação no âmbito do Patrimônio da União vem apresentando comportamento anual evolutivo constante, tomando como referência o exercício de 1998, da ordem de 4,3%, 11,10%, 15,38 e 18,46%, respectivamente.

### **Manutenção do Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais**

#### **Depuração dos Registros da Base Cadastral dos Imóveis da União**

No âmbito das ações “Manutenção do Cadastro de Imóveis Próprios Nacionais” e “Depuração dos Registros da Base Cadastral dos Imóveis da União”, completou-se os 90% do desenvolvimento do sistema originalmente concebido do SPIUnet, haja vista novas implantações em andamento para atender às Áreas Negocial e Social. O cadastro dos imóveis encontra-se em fase de consolidação e regularização por parte das Gerências Regionais, enquanto a SPU mantém gestões junto às Unidades Gestoras – UG, de forma a consolidar o trabalho. Foi implementado o módulo de gerenciamento das Ações Judiciais, incidentes sobre os imóveis da União, desenvolvido em parceria com a Procuradoria Regional da União.

O sistema GDI - Gerenciador de Documentação Imobiliária encontra-se totalmente concluído e já foram estabelecidas metas de depuração do mesmo. À míngua de recursos orçamentários, concentraram-se esforços no sentido de desenvolver os normativos de Classificação e Digitalização de Documentos; Imóveis Residenciais Funcionais; Acesso ao Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, todos já em fase de conclusão.

## **Administração do Patrimônio Imobiliário da União**

No que se refere à ação “Administração do Patrimônio Imobiliário da União”, apurou-se que o contingenciamento orçamentário limitou, significativamente, o seu desenvolvimento, pois nesta ação são executadas todas as medidas para guarda e manutenção de todos os imóveis da União, prejudicando sobremaneira atividades essenciais da SPU, como fiscalização e identificação de imóveis, resultando na diminuição da possibilidade de geração de receitas.

## **Destinação de Imóveis para Projetos Sociais**

A meta da ação “Destinação de imóveis para projetos sociais” para 2002 (beneficiar 20.000 famílias) foi ultrapassada, tendo as autorizações de cessões/doações e transferências ao INCRA viabilizado o benefício a 160.713 famílias, cujas transações patrimoniais envolvidas estão estimadas no valor de R\$ 618.034.168,04 (seiscentos e dezoito milhões, trinta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e quatro centavos).

## **Gestão dos Orçamentos da União**

### **Coordenação do Processo Orçamentário**

Finalidade: Coordenação da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e dos Orçamentos da União. Com base na reflexão acerca do papel do orçamento e de sua articulação com o processo decisório de alocação de recursos, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF vem pautando a gestão dos orçamentos fiscal e de seguridade da União por meio da reestruturação do Sistema Orçamentário Federal, com os seguintes objetivos: organizar o sistema orçamentário, articulado com o sistema de planejamento, facilitando a integração dos programas e prioridades de governo e o processo decisório de alocação de recursos; ampliar a ação de articulação e integração entre os órgãos e unidades componentes do sistema orçamentário; reestruturar os processos de elaboração e de execução orçamentárias, estabelecendo mecanismos de integração e articulação e aperfeiçoando o grau de gerenciamento interno e externo; reestruturar o Sistema Orçamentário Federal, sob o ponto de vista organizacional e de rotinas administrativas e técnico-operacionais; promover o desenvolvimento dos recursos humanos vinculados ao Sistema Orçamentário; desenvolver nova plataforma tecnológica de suporte às ações inerentes ao processo orçamentário, por intermédio da modernização do SIDOR - Sistema Integrado de Dados Orçamentários.

Dois enfoques são considerados no processo de elaboração dos orçamentos: o ***enfoque fiscal*** que propicia a adequação da previsão dos gastos orçamentários às metas de resultados das contas públicas, e o ***enfoque programático*** que tem como objetivo último tornar a programação orçamentária expressão das políticas públicas.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a elaboração do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO apresentou avanços, no que diz respeito ao estabelecimento de metas fiscais, à expansão de despesas obrigatórias de natureza continuada, assim como os anexos de prioridades e metas dos programas e ações. Levando em consideração as estimativas de receita para o exercício 2002, as prioridades para o exercício e a avaliação da execução orçamentária, foram propostos limites para os Ministérios ou órgãos setoriais que se configuraram como referenciais monetários que funcionaram como parâmetros para a apresentação da proposta orçamentária setorial para 2003. Em paralelo, inserido no processo de elaboração orçamentária, foi revisada a estrutura programática para 2003, por intermédio do Cadastro de Programas e Ações que serviu como base qualitativa para as propostas setoriais dos Ministérios. Após o envio de todas as propostas setoriais, foram feitos os trabalhos de compatibilização e consolidação, resultando na proposta orçamentária da União, com elaboração da mensagem presidencial e formalização do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2003.

Do ponto de vista programático, vale salientar que em 2002 foi dada continuidade às inovações ocorridas em 2000 e 2001, no contexto do novo modelo de elaboração do Plano e do Orçamento. Em função, por um lado, das restrições fiscais, e por outro, da necessidade de finalizar os projetos concebidos no último ano do Plano Plurianual, o processo de definição da estrutura programática para 2003 foi simplificado e orientado para haver poucas modificações na programação. Vale destacar, a publicidade dada ao Cadastro de Ações associando-o ao Projeto de Lei Orçamentária para 2003, propiciando maior detalhamento e transparência à programação orçamentária da União.

É importante pontuar que a coordenação do processo orçamentário envolve também todo um trabalho de monitoramento e alterações durante a execução. A execução orçamentária foi monitorada de forma a propiciar ajustes no exercício vigente – no caso 2002 – e subsídios para a elaboração da proposta orçamentária de 2003. O constante acompanhamento da execução e a sistemática de revisão das estimativas dos principais agregados de receita e despesa são fundamentais para o cumprimento das metas de resultados estabelecidas na LDO. Foram frutos desses trabalhos: decretos de programação orçamentária e financeira e atos normativos referentes a créditos adicionais ao orçamento.

Produtos e Resultados da Coordenação do Processo Orçamentário - os principais produtos do trabalho de coordenação do processo orçamentário em 2002 podem ser expressos nos atos normativos gerados no âmbito da SOF. Excluídos os projetos das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, foram publicados até 31 de dezembro 9 decretos em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional e 51 portarias, ambos sobre programação orçamentária e financeira. Além disso, 172 projetos de leis versando sobre créditos suplementares e especiais; 24 medidas provisórias oriundas de créditos extraordinários; 131 decretos de créditos, nos casos autorizados em lei; além de 41 portarias de alteração da programação orçamentária.

### **Desenvolvimento do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR**

*Finalidade:* Agregar maior desempenho e confiabilidade aos subsistemas e aplicações do SIDOR III, através da incorporação de mais recursos de tecnologia da informação e do desenvolvimento de novos programas e sistemas para automatização dos processos orçamentários.

*Principais metas alcançadas:* 1) Adequação dos subsistemas Captação da Proposta Orçamentária e Cadastro de ações, que rodam no ambiente legado para a plataforma WEB; 2) Desenvolvimento e implantação do sistema de formalização, em forma verticalizada, dos relatórios da PLOA e LOA que preconiza um modelo comum com o autógrafo enviado pelo Congresso Nacional ; 3) Pesquisa textual dos dados do PLOA via Internet e Intranet, bem como divulgação em CD mídia; 4) Criação do ambiente de *visões* no Cadastro de Ações; 5) Desenvolvimento e implantação do subsistema de fechamento da Proposta Orçamentária, anteriormente com base em consultas não estruturadas; 6) Desenvolvimento e implantação dos subsistemas de relatórios estruturados da Proposta Orçamentária e da Execução Financeira; 7) Desenvolvimento do Sistema de Receitas Administradas e Próprias; 8) Concepção e implementação de aplicativo destinado à geração e simulação das fontes de receita; 9) Desenvolvimento do sistema de legislação; 10) Desenvolvimento do Volume-sumário, que é um resumo do processo de formalização do Projeto de Lei Orçamentária – PLO; 11) Definição e sistematização de rotinas e procedimentos informatizados destinados à alimentação dos banco de dados do Prodasen, com informações do PLO; 12) Adequação das aplicações de alinhamento da série histórica às novas necessidades da SOF; e 13) Implementação de um sistema informatizado aplicado ao Anexo de Metas e Prioridades constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

*Principais metas planejadas e não alcançadas:* 1) Padronização dos ambientes operacionais para a plataforma WEB; 2) Criação de uma base de dados gerencial com facilidades de consulta analítica e emissão de relatórios que auxiliem no processo orçamentário em todo o seu ciclo; 3); Implantação de metodologia apoiada em solução, consagrada, de mercado para o desenvolvimento de sistemas; 4) Adequação do subsistema de Créditos Adicionais para a plataforma WEB.

O desenvolvimento de subsistemas do SIDOR teve o nível de produtividade vinculado à escassez de recursos humanos qualificados na área de tecnologia da informação no negócio Orçamento Federal, às mudanças de equipes técnicas e de coordenação, às limitações de infra-estrutura (*hardware* e *software*), e também, à lentidão nos trâmites burocráticos exigidos para contratação de serviços, equipamentos e *software* básico. Os impactos nos usuários foram: 1) a pouca oferta de aplicações para utilização do SIDOR III via Internet; 2) o baixo nível de produtividade nas aplicações legadas com indisponibilidade em alguns subsistemas como Cadastro de Ações, embora tenha havido uma intensificação do uso da plataforma Internet; e 3) a não automatização de processos, com perda de confiabilidade, produtividade e tempestividade.

### **Sistemas Informatizados de Planejamento e Orçamento Público Federal**

Ação voltada para: 1) implantação, manutenção e atualização da infra-estrutura de tecnologia da informação necessária para a sustentação do processo orçamentário e, 2) manutenção e aperfeiçoamento dos

subsistemas informatizados de cunho orçamentário, principalmente do SIDOR III e do Sistema de Informações das Estatais - SIEST.

*Finalidade:* Disponibilizar tecnologia computacional, as mais modernas possíveis, na medida de tempo e quantidade que se fazem necessários para a continuidade e melhoria do processo orçamentário. Atender a demanda de manutenção de aplicações e outras atividades correlatas tempestivamente, como, por exemplo, melhorar o nível de qualidade do produto ou solucionar problemas, de modo a não impactar o processo de produção.

*Resultados alcançados versus volumes de recursos orçamentários:* Não houve recursos para investimentos que se relacionassem diretamente com as necessidades de conforto e aumento de produtividade dos usuários, apesar de planejados. Os poucos investimentos visaram o atendimento a demandas emergenciais. Projetos mais ambiciosos vêm sendo adiados por motivo de limitação de recursos orçamentários. A limitada capacidade de processamento do computador de grande porte degrada historicamente o desempenho do SIDOR III durante os períodos de utilização mais intensa (picos). Os servidores corporativos, responsáveis pelo processamento de apoio e *front end*, são obsoletos, de baixo desempenho, sem escalabilidade para atender a demanda crescente do ambiente Internet. A exigência de uma nova estratégia de conectividade vem gerando novas frentes de investimento em infraestrutura, em função da desativação gradativa da rede de grande porte em prol do ambiente WEB e da necessidade de se oferecer níveis de segurança compatíveis e indispensáveis a este novo modelo como o uso de criptografia e certificação digital.

## **Gestão Pública Empreendedora**

### **Implantação de Metodologias de Gerenciamento de Programas**

Durante o ano de 2002, levando em consideração a finalidade da ação de dotar os programas existentes de melhores condições de gestão, houve assistência a três Programas do Governo: o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS e o Programa Agenda Social. Abaixo estão discriminados os principais resultados alcançados no âmbito dos referidos Programas.

Projeto "Avaliação do Impacto Distributivo e Elaboração de Sistemática de Monitoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE" teve como objetivo a proposição de uma sistemática de monitoramento que conferisse maior eficiência, eficácia e efetividade ao acompanhamento deste programa, a partir de uma avaliação do impacto distributivo do PNAE, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado ao Ministério da educação. São aproximadamente 6.000 Entidades responsáveis pela gestão do PNAE e outros tantos Conselhos Municipais, responsáveis pela elaboração de disponibilização de merenda escolar em aproximadamente 180.000 escolas no país, durante os 200 dias letivos anuais. Neste contexto surgiu a necessidade da elaboração de um conjunto de procedimentos visando à implementação de um sistema de monitoramento e gestão partilhado por todos os atores intervenientes no programa. O desenho básico da sistemática de monitoramento da gestão do PNAE para instrumentalização dos Conselhos de Administração Escolar - CAE e a sua estratégia de implantação foram desenvolvidos com base na avaliação de diversos aspectos críticos envolvidos no processo: aquisição e armazenamento dos gêneros alimentícios, mecanismos de controle de qualidade, diferenças locais de hábitos alimentares, custo das refeições e seu impacto sobre o valor “per capita”, atribuições e competências dos responsáveis nas diferentes instâncias do Programa e o funcionamento e as atividades dos CAE's.

*Plano de Integração e Acompanhamento de Programas Sociais de Prevenção à Violência – PIAPS* cujos objetivos compreendem basicamente a articulação e atuação integrada das ações dos Programas Sociais Federais na prevenção da violência no médio e longo prazo. Busca-se o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública brasileiro por meio de propostas que integrem políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, de forma a reprimir e prevenir o crime e reduzir a impunidade, aumentando a segurança e a tranquilidade dos cidadãos. O Programa Gestão Pública Empreendedora provém assistência Técnica na construção de metodologia de monitoramento e avaliação do PIAPS, responsabilidade do Gabinete Institucional da Presidência da República. No ano de 2002, foram contemplados os seguintes resultados: *Levantamento de Dados e Construção da Linha de Base* - construção de indicadores sócio-econômicos e de criminalidade relacionados aos indutores de violência (carência nas áreas de infra-estrutura e serviços, educação, exclusão econômica e saúde); *Concepção de metodologia para Monitoramento da Implantação do PNSP/PIAPS* - dois produtos específicos foram elaborados nesta fase: uma árvore de hierarquização de objetivos do PIAPS, utilizando técnicas e ferramentas de modelagem estrutural interpretativa (ISM) e fluxo lógico dos principais processos, atividades, pontos de controle e interferência do sistema, além das responsabilidades de cada órgão envolvido; *Implantação da Metodologia de Monitoramento e*

*Avaliação do PIAPS/PNSP* que contemplou: o desenvolvimento de um sistema informatizado de controle e apoio ao PIAPS; a elaboração do Plano de Treinamento do pessoal na operação do sistema; e o treinamento do pessoal responsável pela operação do Sistema de Gestão de Informações Gerenciais. Foi construído, ainda, um Portal de Internet para o PIAPS, que facilitará o contato com os municípios participantes, além de apresentar a sociedade as mais importantes realizações do plano. Pesquisas de vitimização foram realizadas com o objetivo de estimar, em bases amostrais, a prevalência de certos crimes, as taxas de subnotificação, o sentimento de insegurança e o grau de conhecimento e avaliação da população com relação ao PIAPS e a aplicação de programas sociais na prevenção da violência.

*Projeto Implementação da Agenda Social*, que compreendeu o Apoio à Secretaria Especial de Assistência Social - SEAS e às secretarias estaduais de assistência social dos 26 (vinte e seis) estados e o DF – Distrito Federal, no acompanhamento, monitoramento e avaliação da implantação das respectivas Agendas Sociais e, quando necessário, proposição de redirecionamento de ações e Implantação de metodologia para acompanhamento das ações realizadas, com apoio da SEAS, pelas secretarias estaduais de assistência social ou instâncias congêneres dos seguintes estados: Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. O Projeto de Suporte à Gestão de Ações Sociais visou aumentar a eficiência e a eficácia das atividades da Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social – SEAS/MPAS voltadas para o acompanhamento e controle de dois macro-processos: *Implantação da Agenda Social* como instrumento do governo federal para a integração da política de assistência social às demais políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social; *Apoio técnico e financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios* como instrumento para a descentralização dos serviços, programas e projetos prioritários do governo.

De acordo com o termo de referência da licitação internacional, as atividades voltadas para o acompanhamento e controle do processo de implantação da Agenda Social conformavam obrigações distintas daquelas especificadas para o acompanhamento e controle do processo de apoio técnico e financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Por isso, a proposta técnica da Consultoria que deu origem ao Projeto de Suporte à Gestão de Ações Sociais foi desdobrada em dois grupos de serviços: Grupo de Serviço 1 – Apoio ao Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implantação da Agenda Social nos Estados e no Distrito Federal; Grupo de Serviço 2 – Desenvolvimento e Suporte à Implantação de Metodologia para o Acompanhamento de Ações com Apoio Técnico e Financeiro da SEAS em 10 Estados (AM, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA).

As atividades referentes ao Grupo de Serviço 1 – Apoio ao Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implantação da Agenda Social nos Estados e no Distrito Federal foram executadas em quatro etapas: Etapa 1 – Levantamento e análise das prioridades e metas da Agenda Social nos Estados e no Distrito Federal; Etapa 2 – Acompanhamento e controle da execução dos serviços, programas e projetos prioritários da Agenda Social nos Estados e no Distrito Federal; Etapa 3 – Capacitação de servidores das secretarias de assistência social ou instituições congêneres nos Estados e no Distrito Federal; Etapa 4 – Avaliação dos resultados da execução dos serviços, programas e projetos da Agenda Social nos Estados e no Distrito Federal.

As atividades referentes ao Grupo de Serviço 2 – Desenvolvimento e Suporte à Implantação de Metodologia para o Acompanhamento de Ações com Apoio Técnico e Financeiro da SEAS foram igualmente executadas em quatro etapas: Etapa 1 – Sistematização do processo de apoio técnico e financeiro da SEAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no que se refere tanto a Serviços de Ação Continuada como a Ações Pontuais, elaborando-se os respectivos fluxogramas de informação e quadros de responsabilidades; Etapa 2 – Definição de normas e procedimentos operacionais para acompanhamento e controle da execução de serviços, programas e projetos com apoio técnico e financeiro da SEAS nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; Etapa 3 – Capacitação de servidores das secretarias de assistência social ou instituições congêneres nos Estados e no Distrito Federal; Etapa 4 – Modelagem conceitual de um sistema informatizado de indicadores-chave de desempenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, incluindo o desenho de processos e instrumentos de levantamento de dados primários em âmbito municipal.

### **Promoção de Eventos para Sensibilização e Mobilização das Organizações para Gestão Empreendedora**

No período de 2002, o Programa Gestão Pública Empreendedora, cuja finalidade é viabilizar a troca de experiências, bem como disseminar metodologias e práticas bem sucedidas, realizou *32 Clínicas Institucionais* versando sob os seguintes temas: Agregando valor no Setor Público: do Contrato de Gestão ao Modelo de Gestão; Avaliação da Gestão setorial do PPA/2001; Avaliação do Desempenho da Ação Governamental no Brasil; Avaliação do projeto BRA 97/034 – Programa de Modernização do Poder Executivo Federal; Balanço do

Programa Gestão Pública Empreendedora; Balanço do Programa Nacional de desburocratização; Balanço do Programa Valorização do Servidor Público; *Benchmarking* em Capital Humano; Credibilidade e Desenho das Agências Reguladoras; Desigualdades Raciais no Brasil; Experiências da Reforma do setor Público na Europa e Alemanha: da Gestão para a Governança; Gestão Descentralizada no Ministério da Saúde; Gestão Descentralizada no Programa Comunidade Ativa; Gestão do Conhecimento – A Experiência do SERPRO; Gestão do Conhecimento – Justificativa, Conceitos e Práticas; Gestão do Conhecimento e Novos Modelos de Gestão; Gestão do Conhecimento na Era do Conhecimento; Instrumento de Avaliação de Satisfação do Cliente; Legislação do Terceiro Setor - OSCIP; Marco Regulatório e Papel das Agências; Metodologia de Avaliação de Desempenho; Processo de Transformação do Departamento de Organização e Desenvolvimento da EMBRAPA; Formulação de Políticas para a Nova Gestão Pública; Política RH – Parte I; Política RH – Parte II; Resultados da Auto-Avaliação da SEGES; Sistema de Gerenciamento de Indicadores Globais da Organização – SYSCORE; Sistemática de Monitoramento e Avaliação do Impacto do PNAE; Avaliação do programa de Modernização do Poder Executivo Federal; Reformas de Gestão Pública: a experiência internacional pode ser transferida.

Foram também realizados dois Seminários: o *Balanço da Reforma do Estado no Brasil*, o qual teve como objetivo prestar contas à sociedade sobre as principais ações implementadas e os resultados alcançados pelo Governo Federal ao longo dos últimos oito anos, proporcionando maior visibilidade ao tema da melhoria da gestão pública e procurando garantir a sua permanência na agenda de mudanças da sociedade; e o Seminário: *Mudanças recentes na Gestão Pública no Reino Unido* que apresentou a evolução recente da modernização do setor público no Reino Unido, com ênfase nos impactos do governo eletrônico, nas novas medidas para a melhoria da qualidade dos serviços públicos, e nas mudanças introduzidas na gestão de pessoas.

### **Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG**

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Gestão em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação está implantando o novo Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG. A partir de sua institucionalização, o processo de formulação, aprovação e gestão das estruturas organizacionais, bem como o controle de cargos dos órgãos da Administração Direta do Governo Federal, serão efetivados no sistema de forma on-line.

No primeiro semestre do ano de 2002, as atividades centraram-se no desenvolvimento do sistema informatizado, envolvendo ajustes e homologação de seus módulos. No segundo semestre, técnicos da área de modernização de cada Ministério foram capacitados para realizar o censo organizacional, o qual consistiu no cadastramento das estruturas regimentais da Administração Direta do Governo Federal, gerando uma base histórica de dados. Ainda no segundo semestre, foi elaborada a minuta do decreto de institucionalização do SIORG, a qual se encontra em apreciação na Secretaria de Gestão. No ano de 2002, o SIORG superou fase importante para sua efetiva utilização pelos órgãos da Administração Pública Federal: a homologação do sistema e a realização do censo organizacional, consolidando-se, assim, numa importante ferramenta para a transição de Governo, pelo conjunto de informações que disponibiliza.

### **Governo Eletrônico**

#### **Capacitação de Agentes Envolvidos no Programa Governo Eletrônico**

*Curso de Gestão em Tecnologia da Informação* - O III Curso de Gestão em TI, iniciado em outubro de 2002, insere-se no projeto de capacitação do Governo Federal. A turma atual conta com 31 participantes. Foram formados antes, 2000 e 2001, 57 servidores em 2 cursos de pós-graduação, a nível especialização. O conteúdo pedagógico desses cursos foi definido pelos Coordenadores do Curso, ou seja, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a ENAP e a Entidade Executora de cada curso, levando-se em consideração as avaliações dos alunos e professores, após cada curso efetivado.

Os dois primeiros cursos foram objeto de Convênio com a ENAP, que selecionou da iniciativa privada as entidades executoras dos referidos cursos. Para o terceiro curso, foi convidada a Universidade Federal de Minas Gerais, para promover a realização de parte do curso, ficando a outra parte sob a gestão da ENAP. A Universidade será responsável pelo reconhecimento e expedição do respectivo certificado de MBA, de acordo com as normas do MEC. Em 2002, foi realizado, igualmente, o 1º Curso à distância com o título de Curso de Gestão de Ativos Informacionais, com 50 pessoas inscritas, em convênio com a ENAP e cujo conteúdo foi desenvolvido por especialista da área e aprovado pelo Ministério e ENAP.



## **Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal – Rede Governo**

Esse projeto foi atribuído ao grupo de trabalho Br@sil.gov constituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico. O objetivo do grupo era propor e implementar uma rede de comunicação de dados de longa distância (Rede Multiserviços) através do compartilhamento dos meios de comunicação de dados dos diversos órgãos da APF além de estruturar sua contratação a fim de utilizar o poder de compra do estado. Esse projeto foi desmembrado em outros três: Rede de Acesso, que compreende as conexões metropolitanas; *backbone*, as redes de comunicações entre municípios (longa distância); e a rede acesso discado, para prover o serviço de acesso remoto às redes corporativas, pelos usuários em trânsito.

A rede de acesso prevê a contratação de *links* de comunicação de dados, para um conjunto de órgãos, por pregão, na modalidade de registro de preço, para que toda a APF possa utilizar os preços do registro. Com relação ao *backbone*, o projeto prevê uma expansão das redes corporativas do SERPRO e da DATAPREV onde se conectarão as redes de acesso dos órgãos, nos diversos pontos de presença existentes no País. Em relação à rede de acesso discado, a proposta é que o SERPRO e a DATAPREV façam licitações separadas, na modalidade registro de preço, por que os serviços são diferenciados, ou seja, o SERPRO contrata infra-estrutura e agrega serviço e a DATAPREV contrata somente serviço. O primeiro passo desse projeto foi o inventário das redes dos órgãos do governo no País. De posse dos dados, foi possível fazer um mapeamento dos *links* de comunicações e assim comparar os custos praticados em cada órgão. O segundo passo foi a elaboração de um projeto da Rede Multiserviços que foi desenvolvido em paralelo com a implantação do projeto piloto. Esse projeto piloto compreendeu a interligação das redes do SERPRO e da DATAPREV nos eixos Rio, São Paulo, Brasília e Salvador e a interligação de duas unidades do IBGE (Bahia e Rio de Janeiro), em diferentes estados, sendo que uma ao *backbone* da DATAPREV e outra ao do SERPRO. Esses testes foram realizados e comprovaram a sua viabilidade. Nesse piloto houve a participação intensa da iniciativa privada.

Com o sucesso do projeto piloto, foi atribuído ao SERPRO a elaboração e a publicação do Edital, para contratação de 7600 links para rede de acesso de 11 órgãos em todo o País. As etapas seguintes previam a expansão dos *backbones* do SERPRO e da DATAPREV e a contratação da rede de acesso discado. Todo o trabalho foi conduzido pelo subcomitê da rede Br@sil.gov constituído no âmbito do Comitê Executivo do Governo Eletrônico. A elaboração do projeto da rede Multiserviço foi contratada junto à Brisa, que participou ativamente de todas as etapas do trabalho. O edital que foi publicado pelo SERPRO, para atender aos 7600 links da rede de acesso, encontra-se *sub-judice*, em virtude de ação judicial movida pela EMBRATEL.

O Comitê Executivo do Governo Eletrônico decidiu reiniciar o processo sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MP. Nessa mudança, entraram mais dois órgãos com demanda por *links* de acesso. Mais uma vez, o edital foi publicado e no momento da abertura, o pregoeiro recebeu um mandato impedindo o prosseguimento do processo. Essa ação foi movida também pela EMBRATEL, alegando que ainda não havia saído uma decisão sobre o mandato anterior movido contra a decisão do SERPRO e por terem o mesmo objeto. Neste momento, o processo está aguardando uma decisão judicial.

Diante dos benefícios que uma contratação estruturada, que certamente trará ganhos significativos para o governo, o subcomitê da rede Br@sil.gov deverá ser convocado para que se reabram as discussões sobre a estratégia a ser seguida em relação aos projetos da rede de acesso, cujos editais estão *sub-judice*, ao *backbone* que teve uma evolução no seu cenário com as novas contratações do SERPRO e ao acesso discado, em que os editais tanto do SERPRO quanto da DATAPREV estão concluídos.

## **Integração de sistemas Informatizados do Governo Federal**

**Objetivos** - Possibilitar que os Sistemas de Gestão Administrativa do Governo Federal (SIAFI, SIAPE, SIASG, SIDOR, SIORG e SIGPLAN) possam se comunicar através de processos em tempo real e definições e conceitos comuns. Possibilitar que os sistemas corporativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário possam, em tempo real e com segurança e confiabilidade, trocar informações com os Sistemas de Gestão Administrativa.

**Atividades em 2002** - Especificação de um edital para contratação de uma empresa especializada para consultoria, especificação e homologação das interfaces, banco de dados e demais objetos necessários a viabilização do projeto. Desenvolvimento de um protótipo destinado a possibilitar a redução dos impactos e dificuldades a serem encontradas na fase de desenvolvimento e implementação da solução definitiva. Este protótipo

foi realizado pela SLTI/MP em associação com a Presidência da República, Ministério do Esporte e Turismo, SERPRO, Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e CGMI/SPOA/MP. Foram interligadas as redes de comunicação dos Órgãos citados anteriormente e foram desenvolvidas ações no sentido de permitir a comunicação entre os Sistemas Corporativos e os Sistemas de Gestão Administrativa. Foram contemplados neste protótipo, por parte dos Sistemas de Gestão Administrativa, SIDOR e SIASG e, por parte dos sistemas Corporativos, Sistemas de Serviços Gerais da Presidência da República, SISPLAN do Ministério do Planejamento e DOTAÇÃO do Ministério do Esporte e Turismo. Contratação da Empresa vencedora do Edital de Licitação e, durante os meses de setembro a dezembro foram feitos os levantamentos necessários nos sistemas de Gestão Administrativa e nos sistemas corporativos eleitos como padrão. Estes sistemas corporativos pertencem ao Ministério da Saúde e ao próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Foi executada a integração com o SIAPE, em suas Unidades Organizacionais, e está preparada a integração com o SIAFI, em suas Unidades Gestoras, para atendimento ao Programa de Acompanhamento de Gastos Governamentais – PAGG. A integração com o SIAFI. Preparada também a integração com o SIDOR, em suas Unidades Orçamentárias. Uma vez concluída a integração com o SIDOR e com o SIAFI, será possível permitir a comunicação entre SIAFI, SIDOR e SIAPE através de cada uma das estruturas organizacionais que hoje não se relacionam. Para isto, o SIORG é o sistema fundamental. Integrando-se os 4 sistemas (SIAFI, SIORG, SIAPE e SIDOR), estaremos capacitando o PAGG para visualização e controle dos Gastos em diferentes níveis de agregação.

### **Promoção do Uso de Sistemas de Atendimento ao Cidadão por Meios Eletrônicos**

*Eventos Realizados:* Fenasoft 2002 e Balanço 2 Anos de Governo Eletrônico.

*Material Produzido:* Folders; Redução de Custos nas Aquisições de Bens, Obras e Serviços; Pregão: Uma nova modalidade de licitação; COMPRASNET: Portal de Compras do Governo Federal; Compras Governamentais; Planeje o Website antes de criá-lo; Governo Eletrônico: um novo modelo de gestão pública.

*Cartilhas:* A Segurança da Informação e a Internet; Pregão: Uma Nova Modalidade de Licitação.

*Diversos:* Revista Tema: Governo Eletrônico, Ano XX, nº 153 – jan/Fev/2001; Revista Tema: Pregão Eletrônico, Ano XXVI, nº 155 – mai/jun/2001; CD do Seminário “Contratação de Software e Serviços”; e CD Room do “Programa Governo Eletrônico”.

*Prêmios:* Certificado “Iniciativas no campo da Gestão da Ética no período de 2001 / 2002” – Comissão de Ética Pública da Presidência da República; Destaque de Desburocratização “VI Concurso de Inovações na Gestão Pública Federal” – “SiteComprasnet” – Instituto Hélio Beltrão; Certificado de Qualidade “Portal de Compras do Governo Federal” - CONIP’2002 – VIII Congresso de Informática Pública; 7º Edição do Concurso de Inovações na Gestão Pública – Hélio Beltrão “Portal Rede Governo” - Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; 7º Edição do Concurso de Inovações na Gestão Pública – Hélio Beltrão “Site Comprasnet” - Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; Top 10 – ainda não finalizado – Rede Governo - IBest 2002.

*Participação em Eventos:* Palestras em quase todos os eventos voltados a TI e a Governo Eletrônico no país; Diversas palestras em eventos internacionais voltados a TI e a Governo Eletrônico.

### **Informações Estatísticas e Geográficas**

#### **Disseminação de Informações Estatísticas e Geográficas**

Os resultados alcançados nesta ação ficaram significativamente acima do previsto inicialmente, em resposta a um processo de modernização dos meios e formas de disseminação que a área vem realizando e que tem permitido e facilitado a aproximação do IBGE com a Sociedade, atendendo à crescente demanda por informações. Em termos concretos, o IBGE realizou cerca de 4 milhões e 600 mil atendimentos, no ano de 2002, compreendendo as demandas solicitadas por telefone, pessoalmente, por correspondência e em suas livrarias e bibliotecas. Ressalte-se que o auto-atendimento no portal do IBGE na INTERNET corresponde a cerca de 95% do total de usuários atendidos.

## **Pesquisa de Orçamentos Familiares**

Esta pesquisa permite a obtenção de informações acerca da cesta de consumo das famílias brasileiras, com vistas à atualização de estruturas de ponderação para os índices de preços ao consumidor; além disso, ela também é fonte importante de mensuração da parcela de consumo nas Contas Nacionais e Regionais e base de referência para uma série de estudos sobre pobreza, nutrição e condições de vida da população. Seguindo a previsão do cronograma da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, em final de junho foi realizada a etapa de treinamento, com o início da coleta de informações em julho de 2002, tendo sido levantado, até o final desse ano, 50% dos dados da pesquisa. Ressalte-se que ela encontra-se totalmente dentro do prazo de coleta que finda em julho de 2003.

## **Pesquisas Conjunturais**

As pesquisas conjunturais, que tem por objetivo acompanhar a evolução a curto prazo da economia e da sociedade brasileira, têm execução prioritária, tendo em vista que as informações precisam ser levantadas mensalmente dentro de um rigoroso cronograma de coleta e divulgação. O desempenho alcançado nesta ação no exercício de 2002 foi claramente positivo, tendo sido divulgados 141 resultados, indicando que foi possível ultrapassar o planejado em cerca de 20% do previsto.

## **Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais**

Como principais resultados alcançados nas atividades planejadas para o ano de 2002, na ação Pesquisas e Análises Geográficas e Ambientais, é importante destacar: o término do Mapa de Clima do Brasil; o Vocabulário Básico de Recursos Naturais e de Meio Ambiente; os Mapas de Uso da Terra em escala 1:250.000; os Mapas de Solos do Rio Grande do Sul; a atualização do Atlas Nacional do Brasil; a publicação “Árvores do Brasil Central: Região Geoeconômica de Brasília, Volume 1” e; a produção de 16 folhas de Mapas Temáticos, na escala 1:250.000, referente aos temas de Geologia, Geomorfologia, Solos e Vegetação.

## **Pesquisas Estruturais da Área Econômica**

O desempenho dessa ação – 16 resultados divulgados em 2002 – foi bastante positivo, com pleno atendimento as metas previstas no programa de trabalho estabelecido para o período. Importa registrar que, embora a previsão inicial do Plano Plurianual tenha sido de 28 resultados para o ano e o número alcançado tenha sido 16, isto não representa a diminuição na abrangência das pesquisas estruturais elencadas, pois decorreu apenas de mudanças metodológicas que vem sendo feitas e que levaram a um agrupamento de resultados em determinados levantamentos.

## **Pesquisas Estruturais da Área Sócio-demográfica**

A ação Pesquisas Estruturais da Área Sócio-demográfica alcançou plenamente sua previsão inicial de liberação de 9 resultados no ano de 2002. Dentre estes valeria destacar a importante Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

## **Sistema Informatizado de Dados Estatísticos**

O desempenho desta ação, que visa não só garantir a informatização dos processos de trabalho em nível nacional, em suas áreas fim e meio, bem como dar suporte à Rede de Dados e administrar o acervo institucional de dados do IBGE, foi bastante satisfatório e não comprometeu o cumprimento de nossa missão institucional. Não se pode, entretanto, deixar de registrar que os contingenciamentos e cortes orçamentários ocorridos geraram dificuldades na gestão desta área, com impacto negativo nas possibilidades de investimentos, na cobertura de contratos etc.

As metas alcançadas no período são apresentadas no quadro a seguir: conclusão e implantação do novo sistema para a Pesquisa Mensal de Empregos (PME – revisão); tabulação dos resultados da Pesquisa de

Registro Civil relativo aos anos 1999 e 2000, permitindo a divulgação de todo o passivo existente; reuniões, treinamento e implantação da Pesquisa Mensal de Empregos no IPARDES – Curitiba; implantação de processo de entrada de dados no ambiente cliente/servidor e Oracle; conclusão de licitação para a compra de 220 computadores de mão para serem utilizados na nova Pesquisa Mensal de Empregos; implantação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002; desenvolvimento e implantação da AMS – Assistência Médico Sanitária; implantação do Sistema de Acompanhamento da Rede de Coleta (SIGAREDE), módulos de coleta, orçamento, carga de trabalho e cadastro de servidores; implantação do Sistema de Informações Gerenciais; coordenação e acompanhamento do Banco de Dados Geográficos criado para suporte ao projeto SIVAM; execução dos processos necessários para a confecção do mapa de cobertura e uso da terra correspondente à folha do município de Varginha na escala 1:250.000; implantação do questionário da PIM-PF - Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física para o ambiente de Internet; classificação dos Produtos Padronizados para Indústria, a ser disponibilizado para 2003; produção das Críticas dos Questionários da Amostra do Censo Demográfico 2000, carga e disponibilização da base de dados no Banco de Microdados Estatísticos – BME; concluída a especificação conceitual da base de dados, conforme aprovação na reunião de Santiago do Chile; incorporação e divulgação no SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática dos dados relativos a Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000, Registro Civil 2001, Pesquisa Agrícola Municipal 2001, Pesquisa de Pecuária Municipal 2001, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 e Pesquisa de Silvicultura.

A ação passou por restrições orçamentárias, assim, os diversos contingenciamentos e cortes orçamentários ocorridos causaram uma redução significativa na possibilidade de investimentos e na própria manutenção dos recursos de informática do Instituto. Para se adequar ao orçamento reduzido, foram feitas reduções de cobertura de contratos, tanto com relação a períodos de validade, quanto à carga dos serviços e do seu tipo e foram evitados novos investimentos, tomando por princípio um estabelecimento de prioridades que possibilitou manter o objetivo de alcance das metas planejadas.

### **Informação e Conhecimento em Políticas Públicas**

O alcance dos objetivos do Programa Informação e Conhecimento em Políticas Públicas - prover informações e conhecimentos sobre os problemas econômicos e sociais constantes das agendas de políticas públicas e sobre o desempenho e resultados das ações governamentais – ficou severamente comprometido, em 2002, diante das restrições orçamentário-financeiras por que passou o governo. O IPEA se viu obrigado a reduzir ao mínimo as metas previstas e a maximizar o emprego de seus recursos internos, visto que se reduziram as oportunidades de parcerias e sinergia com outras instituições.

### **Coordenação Nacional da Pesquisa econômica**

A ação *Coordenação Nacional da Pesquisa Econômica* proporcionou apoio 21 (vinte e um) projetos de pesquisa e de geração de informações, cobrindo inclusive algumas das carências de recursos técnicos dos projetos priorizados nas demais ações e que ficariam sem execução ou com dificuldades de continuidade e conclusão. Uma notável exceção constituiu a manutenção da produção de estudos e modelagens e atualização de informações realizados na ação Acompanhamento e Análise de Conjuntura; como resultado foram lançados os tradicionais Boletins de conjuntura, o de Conjuntura/Macro e os atinentes a Políticas Sociais, a Política Industrial e a Mercado de Trabalho

### **Difusão de Informações Econômico-sociais e de Políticas Públicas**

A disseminação do conhecimento e das informações geradas sofreu menores restrições. Foram promovidos 109 eventos internos (seminários, workshops, painéis, etc.) e 17 eventos com públicos externos (atendendo cerca de setecentas pessoas). O *site* na Internet ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)) - demonstrando aumento do interesse do público pela produção do Instituto – teve sua acessibilidade média elevada para 44 mil consultas/mês; fato que se repetiu com as bases de dados do IPEADATA, que já receberam cerca de 410 mil acessos até outubro do corrente ano. Já a produção editorial teve que se limitar ao lançamento de pouco mais de 70 títulos contra os 124 do ano passado, compreendendo 2 livros, 5 números das Revistas PPP e PPE, 6 Boletins e 61 Textos para Discussão.

## **Estudos da Rede Nacional de Instituições de Pesquisa e Planejamento**

As atividades da *Rede IPEA – Estudos* – onde havia a mais volumosa fonte de financiamentos do programa – foram a que sofreram maior impacto; possibilitando dar continuidade a apenas seis estudos, aqueles iniciados em 2001 – e que já estivessem em final de processamento e com pouca demanda de dispêndios – e os iniciados em 2002, estritamente no limite dos recursos financeiros disponíveis. Pela mesma razão, o IPEA foi compelido a suspender as atividades da ação *Rede IPEA – Tecnologia de Informação*, cuja meta, prevista no PPA, foi obviamente zerada.

## **Estudos e Pesquisas para o Planejamento e Orçamento**

Duas dezenas de ensaios, estudos e pesquisas na Ação *Estudos e Pesquisas para o Planejamento e Orçamento*, foram realizadas, atendendo a demandas prioritárias e contando apenas com o esforço do pessoal técnico da casa. Do mesmo modo, assegurou-se o seguimento a um dos estudos programados na linha de ação Estudos e Pesquisas para a Qualidade e Produtividade.

## **Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**

Três pesquisas avaliativas de políticas públicas foram processadas e deu-se continuidade ao amplo leque de atividades em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão- SPI/MP relativos ao desenvolvimento e efetivação do processo de avaliação de resultados de Programas do Avança Brasil: PPA 2000-2003. Nesta última linha de trabalho, foram produzidos estudos de situação relativos a 27 Macro-objetivos do PPA, que serviram como referencial para a avaliação de efeitos dos programas de governo sobre o desenvolvimento do país.

*Monitoramento e Avaliação de Programas de Governo* - Duas linhas de ação compõem esta área. Uma delas, mais tradicional, a que se deu continuidade, compreende as pesquisas específicas de avaliação de políticas públicas de desenvolvimento do agronegócio, de desenvolvimento da agricultura familiar e do turismo ecológico, além do monitoramento de algumas políticas sociais. A outra, sensivelmente incrementada em 2002, foi conduzida em parceria com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, visando avaliar os resultados dos Programas constantes do Avança Brasil: PPA 2000-2003. Nesta linha, foram aperfeiçoados os estudos de monitoramento de situações-problema em que estão focalizados os Macro-objetivos do Plano, incluindo a identificação dos elementos de contexto, dos fatores determinantes e/ou condicionantes de sua ocorrência e dos indicadores de situação e das movimentações havidas em cada área. Esse monitoramento – a seu turno – dá suporte para a aferição dos impactos dos conjuntos de Programas direcionados a cada Macro-objetivo.

Malgrado tais dificuldades – sofridas por todo o aparato de governo - o IPEA procurou atender as principais demandas por conhecimentos a respeito dos problemas econômicos e sociais do país e por suporte técnico à formulação e avaliação de políticas públicas. Isso pode ser observado tanto no âmbito mais abrangente, dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – em que se atende à agenda de sustentação macro-econômica da estabilidade e do crescimento, à de avanço do ajuste fiscal, e às demandas postas pela implantação do Plano Plurianual e dos mecanismos de controle de gestão previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, de ampliação e agilização das políticas de exportação

*Sustentação da Estabilidade e do Crescimento e Ajuste Fiscal* - Na área de medidas macro-econômicas vem sendo aperfeiçoado e continuamente alimentado o Modelo Macroeconômico de Projeções de Médio e Longo Prazo da Economia Brasileira (MOPSE-B), um instrumento básico na geração de subsídios para: monitoramento das tendências de expansão macro-econômica; negociações de acordos entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional - FMI; preparação do Relatório das Nações Unidas sobre a Economia Mundial; e monitoramento do andamento das condições macro-fiscais do PPA 2000-2003. Estudos correspondentes de curto e médio prazo supriram suporte técnico também para o monitoramento, pelo Ministério da Fazenda, do desempenho de outras políticas macro-econômicas, em particular das metas de estabilização e de política cambial a cargo do Banco Central e das políticas de tarifas incumbidas à Secretaria de Acompanhamento de Preços do MF.

*Reestruturação Produtiva, Ganhos de Competitividade e Expansão da Capacidade Exportadora* - Como decorrência das dificuldades do cenário macroeconômico procurou-se dar maior ênfase a estudos voltados

para as questões de competitividade das empresas brasileiras e, em especial, naquelas que mais possam contribuir para expandir a capacidade de exportação e para o desenho de políticas destinadas a incrementar a capacidade inovadora do sistema produtivo doméstico. Nesse sentido foi dada a continuidade possível às três linhas básicas já desenvolvidas no ano passado: a de investigação – em parceria com outras instituições de pesquisa e órgãos técnicos de ministérios – das principais dificuldades no avanço da reestruturação produtiva e na ampliação da capacidade exportadora; a de avaliação dos principais programas de governo que visam a reduzir ou eliminar estes obstáculos e, por fim, a de disseminar os estudos realizados e discutir com os atores relevantes os potenciais e as políticas públicas que possam aumentar o desempenho tanto do setor público como do privado na condução destes processos.

Ainda em 2002, soma-se a estes estudos, a realização de seminários para sua difusão entre os atores privados e representantes de agências governamentais envolvidas com o tema e de um workshop mais amplo sobre os Aspectos Estratégicos da Política Comercial Brasileira, de que participaram, principalmente, dirigentes e técnicos do MDIC, MRE, MAPA e MCT. E, também, a de um trabalho permanente de Acompanhamento dos Grupos de Negociação para formação da ALCA nas Áreas de Acesso a Mercados e Agricultura. Mantendo uma tradição desta área, desenvolveram-se novos estudos sobre o desempenho presente e as perspectivas dos setores ligados à agropecuária.

*Desenvolvimento Regional e Urbano* - Num recorte espacial das questões econômico-sociais e político-administrativas, operou-se um conjunto significativo de estudos e pesquisas, avaliações de programas e discussões técnicas de políticas nessa área, de que cumpre dar saliência aos seguintes itens: Crescimento e distribuição territorial do produto interno bruto dos municípios brasileiros – 1970-1998; Transferências inter-regionais de Renda: Quem paga e quem recebe os benefícios de previdência e os serviços públicos de saúde e de educação no Brasil; Matriz do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil; Aplicabilidade da Política Regional Européia na América Latina; Estabilização, Reformas Estruturais e Desenvolvimento Regional no Brasil, 1990/2000: Uma Análise Quantitativa; Experiências Internacionais em Política Regional: O caso da França; Transporte urbano, combate à pobreza e inclusão social; Impactos Sociais e Econômicos dos Acidentes de Trânsito nas Aglomerações Urbanas; Segregação Residencial e Exclusão Social no Mercado Habitacional Brasileiro; Indicadores Urbanos para o Evento “Istambul + 5”; Programa de capacitação em gestão urbana, com ênfase nas relações fiscais intergovernamentais; e, Avaliação do PPA 2000-2003

*Redução da Pobreza e das Desigualdades* - Dando continuidade à sua tradicional contribuição a essa temática, o IPEA desenvolveu alguns conjuntos de estudos, pesquisas, avaliações de programas e discussões técnicas a respeito dos principais itens das agendas dessa área. Eles cobrem desde a identificação dos seus contingentes demográficos de referência até os resultados de políticas específicas, passando pelo estudo dos problemas, tanto os recorrentes – nos setores de saúde, educação, previdência - , quanto os recém destacados nessas agendas – como os dos idosos e os de violência e criminalidade – e dos seus efeitos sobre outras dimensões da vida nacional. Cabe destacar, neste campo, duas importantes linhas de trabalho:

O acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que visa implantar, em nosso país, o *Centro Internacional para Políticas de Redução da Pobreza - CIPRP (International Center on Poverty Reduction Policies - ICPRP)*. Com apoio do IPEA, esse organismo objetiva facilitar o intercâmbio de experiências de combate à pobreza e à desigualdade levadas a cabo por países pobres e em desenvolvimento - principalmente na África e na América Latina – e desenvolver a capacidade de formulação de políticas sociais, por meio de redes de conhecimento (knowledge networks) capazes de prover-lhes uma série de serviços técnico-científicos e informacionais.

O Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Reino Unido em Economia da Saúde – com financiamento de 5 milhões de libras e previsto para execução em cinco anos - deverá entrar em nova fase de implementação no próximo ano. Ele tem por escopo contribuir para o fortalecimento de sistemas de saúde e a redução de desigualdades no acesso a estes sistemas, e o desenvolvimento da capacitação nacional para formulação de políticas mais equitativas e eficientes na área da saúde. Dele participam, o Ministério da Saúde, o IPEA, Secretarias Estaduais de Saúde (Ba, Ce, RJ), além da FIOCRUZ/ENSP, Universidade de São Paulo (FEA/USP), Universidade de Campinas (UNICAMP/NEPP) e Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBa. Caberá ao IPEA desenvolver o Serviço de Informações em Economia da Saúde, a ser disponibilizado via internet para prover informações sobre equipes que trabalham com economia da saúde, linhas de pesquisa, dados relevantes, cursos disponíveis, etc.

## **Nacional de Desburocratização**

### **Mobilização para a Desburocratização**

*Finalidade:* Informar a sociedade e estimular procedimentos de desburocratização no serviço público.

*Publicações: Informativo* - "*Desburocratização em defesa do cidadão*": 06 edições bimensais editadas, com 250 mil exemplares cada, perfazendo no ano de 2002, 1.5 milhão distribuídos para 15 mil endereços, incluindo órgãos federais, estaduais, prefeituras municipais, universidades, bibliotecas, sindicatos, entidades de classe e da sociedade civil. Disponibilizados também na página "www.d.gov.br", perfazendo em 03 anos do programa 3.5 milhões de exemplares; "*Cartilha da Desburocratização*": uma edição de 161.360 exemplares impressos e 2.700 CD's distribuídos para os órgãos federais e estaduais, comitês setoriais que integram o Programa, sendo também, remetidos para 2.700 endereços abrangendo prefeituras das capitais, municípios de mais de 200 mil habitantes, entidades de classe, sindicatos, universidades e entidades civis; "*Livro da Desburocratização*" uma edição de 2.000 exemplares e 1.500 CD's distribuídos, para os órgãos federais e estaduais e comitês setoriais, integrantes do Programa, e para mais 1.500 endereços abrangendo prefeituras das capitais, municípios de mais de 300 mil habitantes, universidades, entidades de classe e da sociedade; e manutenção da página www.d.gov. que tem média de 140 mil acessos/mês.

*Evento Realizado:* Foram previstos 08 eventos, sendo realizados, em parceria com a Caixa Econômica Federal, que co-patrocinou 07 seminários, 22 *Seminários de Multiplicadores da Desburocratização*, em 18 Estados e no Distrito Federal com a média de 70 participantes por seminário, e média de 12 entidades envolvendo órgãos federais nos estados, governos estaduais, algumas prefeituras municipais e entidades da sociedade civil. Foi realizado o *Seminário de Desburocratização/Avaliação 2000-2002*, com a participação dos órgãos federais e estaduais integrantes do Programa e os Comitês Setoriais. Foi realizada também em parceria com o Comitê Setorial de Desburocratização da Presidência da República, e com a Interlegis, a *Primeira Videoconferência da Desburocratização*, de forma interativa com a participação de 11 Estados, dentre os quais, quatro, que não tinham realizado o seminário de multiplicadores.

### **Revisão de Normas e Procedimentos para a Desburocratização**

*Finalidade:* reduzir a interferência do governo na vida do cidadão e nas atividades da empresa e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária.

*Identificação de medidas de desburocratização adotadas no governo federal:* foram implementadas em 2002 nos diversos órgãos do governo federal 147 medidas (norma revisada), perfazendo o total de 670 medidas nos 03 anos de vigência do Programa. Os governos estaduais que aderiram ao Programa, a partir de 2001 implementaram 32 medidas em seus respectivos âmbitos.

*Estudo/apoio a projeto de desburocratização (projetos):* Um estudo realizado sobre *Desburocratização das Exportações das Micros e Pequenas Empresas*, realizado em consonância com a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e demais órgãos federais envolvidos e diversas instituições da sociedade. O resultados do estudo e uma agenda para desburocratizar e simplificar os procedimentos de exportações constam de publicação específica.

## **Qualidade no Serviço Público**

### **Implantação de Atendimento ao Cidadão em Centros Integrados**

O "*Atendimento Integrado*" é um modelo de gestão de atendimento ao cidadão usuário de serviços públicos, caracterizado pela reunião de representações de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, em um único espaço físico para funcionar de forma articulada, sob o comando de uma administração central coesa e com o objetivo de prestar um serviço público de qualidade. Essa ação no PPA 2000/2003 tem por objetivo a implantação de uma Unidade de Atendimento Integrado em cada estado da federação, em parceria com os governos Estaduais ou Municipais, financiando até 40% do projeto, limitado ao montante de R\$400.000,00 por unidade. A meta prevista é a implantação de 27 unidades de atendimento integrado.

Em virtude dos recorrentes cortes orçamentários não foi possível o financiamento das 27 unidades como havia sido previsto originalmente. Como resultado, ao longo dos anos de 2000 e 2001, foi possível realizar o financiamento de 12 unidades nos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe, e Vitória/ES, num total de recursos aplicados da ordem de R\$ 4.727 mil. Ao longo de 2002 os desembolsos continuaram sendo realizados, tendo em vista os contratos firmados com os Estados nos anos anteriores. Porém, os recursos correspondiam ao orçamento de 2000 e 2001 que já haviam sido transferidos para o PNUD. Do montante total de R\$ 4.727 mil, cerca de 96% já foi liberado e já se encontra em fase final de prestação de contas.

O orçamento de 2002 contou apenas com R\$ 300 mil em virtude dos cortes sofridos na Lei Orçamentária do exercício. Assim, conforme se observa no quadro abaixo, apesar do remanejamento dos recursos para outras atividades estratégicas do Programa que também sofreram corte, a maior parte foi destinada para o Projeto atendimento Integrado, na edição e publicação de um guia, com o objetivo de auxiliar outros estados e municípios a aprender implantar uma unidade de atendimento integrado.

Destacam-se, a seguir, os projetos e atividades desenvolvidos: Publicação de Guia sobre como implantar unidades de atendimento integrado (orçado R\$ 131.310,00), Realização do ciclo do Prêmio de Qualidade do Governo Federal (orçado R\$ 105.529,00), Certificação ISO 9001/2000 (orçado R\$10.000,00) e Desenvolvimento de software para pesquisa de satisfação (orçado R\$ 9.876,00), perfazendo R\$ 256.715,00. Conforme se observa, apesar do remanejamento dos recursos para outras atividades estratégicas do Programa, a maior parte foi destinada para o Projeto Atendimento Integrado, com o objetivo de auxiliar outros estados e municípios a aprender como implantar uma unidade de atendimento integrado. Além disso, em agosto de 2002 foi realizado o IV Encontro das Unidades Integradas de Atendimento, promovido pelo governo federal (Programa de Qualidade no Serviço Público) em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Para tanto, houve desembolso apenas do governo do Amazonas.

### **Promoção da Auto-Avaliação da Gestão Pública Com Base em Critérios de Excelência**

Esta ação do Programa da Qualidade no Serviço Público está voltada para orientar as organizações públicas brasileiras na implementação de ciclos contínuos de avaliação e melhoria da gestão. Qualquer organização pública, ao aderir ao PQSP, é instada a realizar a auto-avaliação de sua gestão. Em 2002 o Programa orientou e validou cerca de 133 auto-avaliações, com os seguintes resultados: Nível 0 (entre 0 e 99 pontos) - 2; Nível 1 (entre 100 e 199 pontos) - 59; Nível 2 (entre 200 e 299 pontos) - 30; Nível 3 (entre 300 e 399 pontos) - 18; Nível 4 (entre 400 e 499 pontos) - 9; Nível 5 (entre 500 e 599 pontos) - 11; Nível 6 (entre 600 e 1000 pontos) - 4. Este trabalho de orientação e validação é feito pela Rede Nacional de Consultores do PQSP, servidores que prestam serviço voluntário ao Programa que tem a despesa apenas e quando necessário, de deslocamento do consultor.

Ainda nesta ação de promoção da auto-avaliação da gestão inclui-se o Prêmio Qualidade do Governo Federal - PQGF, que em 2002 realizou seu quinto ciclo de reconhecimento e premiação da boa gestão pública. Seus principais resultados foram: Candidaturas: 37; Organizações visitadas: 14; Organizações reconhecidas: 9; Organizações premiadas: 3; Examinadores: 291; Juizes: 10; Conselheiros: 5; Horas de análise de relatórios de gestão: 20.000, aproximadamente; Treinamento para formação das bancas: 64 turmas; Examinadores formados/atualizados: 815.

### **Redução de Custos na Aquisição de Bens, Obras e Serviços**

#### **Informatização de Processos Administrativos**

*Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal – SIORG:* É o sistema que objetiva a gestão e o controle da estrutura organizacional do Governo Federal, contemplando a distribuição e vinculação de todos tipos de cargos e funções comissionadas. O trabalho de desenvolvimento do novo sistema foi concluído, apresentado e aprovado pelos principais usuários, que no mês de outubro receberam treinamento para implantação do sistema nos diversos órgãos. A página Internet do SIORG foi totalmente reformulada. Seu layout foi revisto e estruturado para facilitar as pesquisas feitas pelos cidadãos e pela sociedade como um todo. Novos critérios foram acrescidos. O sistema, na versão atual, foi concluído e implantado e esta disponível na internet, no endereço [www.redegoverno.siorg.gov.br](http://www.redegoverno.siorg.gov.br).



QUANTIDADE DE ACESSOS AO SIORG NA INTERNET A PARTIR DE 19/01/2001

HOME PAGE	100.172
ESTRUTURA HIERÁRQUICA	25.769
ATRIBUTOS DE ÓRGÃO	27.264
TITULARES DE UM ÓRGÃO	11.182
LOCALIZAÇÃO DE UM ÓRGÃO	12.707
FINALIDADE/COMPETÊNCIA	3.460

*Sistema Páginas Brancas:* O sistema de Páginas Brancas é responsável pela identificação e localização do servidor público, através de consultas parametrizadas disponíveis na internet. Este sistema possui em suas bases de dados, todos os servidores ativos da Administração Pública Federal, permitindo que sejam selecionados alguns critérios para restringir ou para melhor especificar as consultas. Assim, pode-se, por exemplo, consultar somente aqueles servidores que possuem determinado nível de gratificação ou que estejam lotados em um órgão específico. Todos os critérios podem ser combinados tornando o sistema o mais flexível possível. O ambiente de produção está instalado no SERPRO e pode ser acessado pelo “site” da Rede Governo na opção denominada “quem é quem”. Possui e-mail institucional para que os seus usuários possam tecer qualquer tipo de reclamação ou sugestão. O sistema está disponível na internet, no endereço: [www.paginasbrancas.redegoverno.gov.br](http://www.paginasbrancas.redegoverno.gov.br).

*DIRFGOV:* É o sistema utilizado por todos os órgãos públicos para preparar a declaração anual de recolhimento de imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas para encaminhamento à Secretaria de Receita Federal. O sistema trabalha com dados recebidos do SIAFI e do SIAPE e com dados alimentados pelos diversos órgãos. Criou-se um atendimento ao usuário por telefone, por meio do 0800, e por um e-mail institucional [dirfgov@planejamento.gov.br](mailto:dirfgov@planejamento.gov.br), além do atendimento presencial. Os trabalhos referentes ao DIRFGOV, principalmente no que se refere às declarações retificadoras, a dados de precatórios e ao recolhimento dos DARF's no código 0473, acontecem durante todo o exercício. A partir de 2003, este sistema passa a ser operado pela Secretaria de Recursos Humanos do MP.

*Acompanhamento de Processos Administrativos:* O sistema que tem como objetivo a integração das informações sobre o trâmite dos sistemas de protocolo do Governo Federal. Para solucionar o problema de comunicação entre os sistemas de protocolo, optou-se pela criação de um módulo integrador. Desta forma, serão mantidos os sistemas de protocolo existentes em cada órgão e uma camada integradora buscará as informações pertinentes dentro de cada sistema, realizando assim uma interface de informações. O projeto de integração dos sistemas de protocolo do governo federal possibilitará que as informações sobre o trâmite dos processos de todo o governo federal estejam disponíveis para consulta. Tais informações poderão ser acessadas via terminais públicos ou via Internet, viabilizando, assim, o acesso às informações sobre o andamento de qualquer processo no Governo Federal pelos próprios funcionários e pelo Cidadão. Já estão integrados os Ministérios do Planejamento e da Fazenda e até dezembro estarão integrados todos os órgãos da APF. O acesso ao sistema pode ser feito pelo endereço [www.protocolo.redegoverno.gov.br](http://www.protocolo.redegoverno.gov.br).

*Projeto Programa de Acompanhamento de Gastos Governamentais – PAGG:* A finalidade de projeto é implantar uma sistemática de Acompanhamento dos Gastos Governamentais e permitir que o orçamento de pessoal seja feito por Ação do PPA, a partir de dados disponíveis nos sistemas SIAPE, SIAFI e SIGPLAN. Para viabilizar esse projeto foi necessário integrar a tabela de unidades organizacionais do SIORG aos demais sistemas. Está em processo final de implantação. O orçamento de pessoal para 2004 já será feito por ação e a contabilização da folha de pagamento no SIAFI será feita já a partir de janeiro de 2003.

*Capacitação de Servidores:* Em parceria com a ENAP, foi estruturado o curso de Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação, carga horária de 390 horas, com o objetivo de formar gestores para o Programa Governo Eletrônico em todos os órgãos federais. A terceira turma está em andamento, com 31 participantes, sendo aplicado em parceria com a área de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que emitirá os certificados para os alunos. Definida a estratégia e estruturado o Programa de Educação à Distância para o Governo Eletrônico. O primeiro curso será o de Gestão de Ativos Informacionais que foi realizado de novembro a dezembro, com oportunidade de treinamento para 100 alunos. Em relação ao treinamento de Pregoeiros, o programa tem sido feito em parceria com a ENAP e somente neste exercício mais de 3000 servidores foram treinados. Em parceria com a ENAP, está sendo feita a capacitação para os servidores dos outros Poderes que passarão a integrar o sistema de compras a partir de 2003. Para tanto estão sendo treinados cerca de 5000 servidores.

*Treinamento Operacional do SIASG:* O treinamento operacional do SIASG tem o objetivo de oferecer informações normativas e operacionais sobre os Módulos SICAF, SIEDEC, SISPP, SISME e SICON, visando a habilitação de servidores públicos federais que participam direta ou indiretamente dos processos de

licitação (compras/contratações e pagamentos), nas unidades administrativas incumbidas especificamente das atividades de Serviços Gerais, nos respectivos Ministérios (Órgãos Setoriais) e nas Autarquias, Fundações – Órgãos Seccionais – de modo a viabilizar maior articulação sistêmica, e, ao mesmo tempo, criar condições para melhoria efetiva da performance da Administração Pública Federal. Foram treinados no período de 2002, até dezembro/2002, um total de 2.580, servidores na operacionalização do SIASG.

*Rede de Acesso:* Foi assinado Contrato com o Serpro para a prestação de serviços de acesso à Intranet e Extranet aos sistemas de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja SIAPE, SIAPENET, SIASG por intermédio da Rede de Comunicações do SERPRO com os seguintes objetivos: Utilização da facilidade de Acesso SNA – Intranet da Rede de Comunicação de Dados em todo território nacional onde forem estabelecidos pontos de rede, com garantia de segurança e disponibilidade; Utilização da facilidade do Acesso Internet para estabelecimento dos Sites de Serviços SIAPE, SIAPENet e COMPRASNet e as suas diversas facilidades, com garantia de segurança e disponibilidade; Reorganização dos dispositivos de rede de comunicação para o acesso aos sistemas de gestão pública SIAPE, SIAPENet, SIASG e COMPRASNet, tendo como referência a Política de Rede Corporativa definida pela SLTI/MP; Diagnóstico, seleção e recomendação de alternativas de mercado para a redução dos custos operacionais de acesso aos sistemas de gestão pública.

### **Modernização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**

*Comprasnet:* Desde sua implantação, o Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet vem sendo aperfeiçoado com a introdução de novos recursos e serviços. Assim, as rotinas manuais de cadastramento de fornecedores e de validação de certidões da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Secretaria da Receita Federal - SRF, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, foram substituídas por procedimentos inteiramente automatizados. Há de se destacar, no entanto, a incorporação ao referido sistema, a partir de dezembro de 2000, da versão eletrônica de licitação pregão, ou seja, o Pregão Eletrônico. A utilização do ambiente virtual para os processos licitatórios resultou em importantes benefícios, tais como: ampliação do universo de participantes, aumentando conseqüentemente a competitividade, celeridade, transparência e redução nos preços praticados, além do conhecimento à sociedade, em tempo real, dos fatos ocorridos. Novos sistemas foram implementados e integrados a outros bancos de dados, como é o caso do SICAF, disponível também na versão WEB, que responde hoje, por um cadastro de 172.141 fornecedores desde 1.997, com crescimento médio mensal de 2.000 inscrições de novos fornecedores. Este cadastro está totalmente integrado com as bases de dados dos sistemas corporativos da Secretaria da Receita Federal - SRF, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, além da Imprensa nacional, que publica no Diário Oficial da União os avisos de editais de licitações, os resultados de processos licitatórios e os extratos de contratos firmados com os órgãos de contratação da Administração Pública Federal.

*Sistema de Cotação Eletrônica de Preços:* Implantado no exercício de 2002 o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, está fundamentado no Inciso II do Art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Essa funcionalidade atende aos usuários do Governo Federal, nas aquisições de dispensa de licitação por limite de valor (inferiores a R\$ 8.000,00) para bens e materiais. Visa também a ampliação, a competição, a transparência e total publicidade ao processo. Espera-se com a utilização desse Sistema a redução em cerca de 10% sobre a despesa realizada com esse tipo de aquisição. A SLTI assinou diversos convênios com Estados, Municípios, Órgãos do Poder Judiciário, Agências Governamentais e organismos não governamentais, para acesso, uso ou consulta ao sistema Comprasnet. Os editais de compras, a legislação, as normas, enfim, praticamente toda a informação sobre licitações já está disponível na Internet.

O plano de evolução do Portal de Compras prevê, também, algumas funcionalidades comerciais desenvolvidas e implementadas neste ano, quais sejam: Aviso aos Fornecedores de Vencimento de Certidões, via e-mail/push web, pela qual o fornecedor será informado sobre regularidade fiscal e o vencimento de suas certidões; Aviso de Ocorrências, via e-mail/push web: o fornecedor será informado sobre possíveis advertências, suspensão para licitar, atrasos na entrega de materiais, multas, etc. Neste contexto está sendo implementado um “gateway” de pagamentos, visando permitir o pagamento de assinatura e demais serviços dentro do próprio Portal. Além destes serviços, a premissa básica do Portal é ter toda cadeia de logística disponível na WEB, onde diversos perfis de usuários do governo estejam inseridos, quer com a elaboração, execução e acompanhamento das licitações e contratações propriamente ditas, quer a nível de gerenciamento estratégico das ações de custeio governamental. Por outro lado, os fornecedores também têm uma participação dinâmica no processo, pois além de beneficiarem-se na prestação dos serviços disponíveis, têm ao seu alcance um poderoso instrumento de ampliação das oportunidades de negócio. É importante mencionar que o modelo de auto-sustentabilidade visa desonerar os cofres públicos na

alocação orçamentária para fazer face às implementações propostas. O modelo se baseia na prestação de serviços diferenciados, com informações e execução de atividades, onde os fornecedores arcarão com os custos necessários para obtenção desses serviços, redundando em receita para o Portal. Dinâmico, e em permanente evolução, o Portal de Compras deverá comportar outros portais verticais do Governo Federal e, estará se consolidando também no âmbito dos acordos internacionais de compras governamentais, integrando-se a portais semelhantes de países do Mercosul.

*Escola Virtual para o SIASG:* Desenvolvida com recursos de tecnologia de informação e comunicação, dentro dos mais avançados métodos de Ensino a Distância - EaD, abrangendo os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, na administração pública federal. Está sendo construída modularmente, em conformidade com o Sistema SIASG. O EaD do SIASG contemplará diversos níveis de qualificação e recursos didáticos, tais como: referências bibliográficas, grupos de discussão, grupos de interesse, chats, sistematização de aprendizagem, exercícios, entre outros. O primeiro curso da Escola será o de Capacitação de Pregoeiro, pioneiro, nessa forma de implementação, na Administração Pública. Fará parte do curso a operacionalização dos sistemas, utilizando simuladores para as duas formas de contratação. O objetivo principal da Escola Virtual SIASG é estimular a auto-aprendizagem, promovendo a capacitação do maior número possível de usuários, abrangendo outras esferas de Governo, inclusive os Estado, Distrito Federal e Municípios.

### **Revisão do Sistema Jurídico-Legal Relativo à Aquisição de Bens, Obras e Serviços**

*Revisão da Lei de Licitações:* O Anteprojeto de Lei Geral de Contratações da Administração Pública foi submetido à consulta pública, que se estendeu de 15 de março a 17 de maio de 2002. Durante o período da consulta, este Ministério, por intermédio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, promoveu diretamente ou em parceria, sessões públicas de apresentação do Anteprojeto, seguidas de discussão e coleta de críticas e sugestões ao seu aperfeiçoamento. Foram realizadas 9 sessões em 7 capitais e cidades do País, além de outras 4 em Brasília, mobilizando cerca de 500 participantes, no seu total. Diferentes públicos tiveram a oportunidade de conhecer e discutir a proposta do Governo Federal, destacando-se os seguintes: gestores de compras de diferentes áreas da Administração Federal, do Poder Judiciário, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Secretários Estaduais de Administração, juristas especializados em Direito Administrativo, Tribunais de Contas dos Estados e fornecedores. Além disso, 55 entidades e 86 colaboradores individuais, dentre as quais dezenas de especialistas na área de licitações, encaminharam cerca 1.346 sugestões diretamente à SLTI ou por intermédio do Comprasnet, em seu endereço da Internet ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)), no qual foi mantido espaço aberto de comunicação eletrônica durante todo o período de consulta. As contribuições recebidas foram analisadas e resultaram em inúmeros aperfeiçoamentos. A consolidação das sugestões está disponível no Comprasnet, na forma de um Quadro analítico, organizado com base nos dispositivos da versão do Anteprojeto submetida à consulta pública, bem como a versão final do texto que ora se encontra na Casa Civil da Presidência da República

*Pregão:* Instituiu-se, no âmbito da União, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, em 04 de maio de 2000, por meio da Medida Provisória nº 2.026, a modalidade de licitação denominada “Pregão”, realizada inicialmente de forma presencial, direcionada às aquisições de bens e serviços comuns; foi regulamentada pelos Decretos nºs: 3.555 de 08/08/2000, alterado pelo Decreto nº 3.693 de 20/12/2000 e pelo Decreto nº 3.697, de 21/12/2000, tendo, este último, estabelecido normas e procedimentos para a realização dessa nova modalidade de licitação - “Pregão” - por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, denominando-se “Pregão Eletrônico”. Inovadoras e simples, as atuais regras do Pregão prevêm, entre outras, a inversão das fases de habilitação e classificação dos licitantes, facultando o exame da documentação apenas do licitante detentor do melhor preço, obtido por meio de proposta ou lance, em sessão pública, com a presença dos fornecedores (Pregão Presencial) ou, virtualmente, por meio do Pregão Eletrônico, no endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Em 17 de julho de 2002, promulgou-se a Lei nº 10.520, revogando-se a MP nº 2.182, estendendo a Estados e Municípios, a modalidade de licitação denominada Pregão. A nova lei visa aprimorar o processo licitatório governamental, possibilitando a negociação entre o Governo e fornecedor, buscando sempre as melhores condições de fornecimento, promovendo maior agilidade, redução de custos operacionais, desburocratização das compras governamentais, além de permitir maior transparência nas negociações, ressaltando o compromisso com a sociedade, direcionado ao uso adequado dos recursos públicos.

### **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**

O Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG é o sistema informatizado de apoio às atividades operacionais no âmbito do SISG, com a missão de integrar os órgãos da administração direta

autárquica e fundacional, com instrumentos e facilidades para a melhoria dos serviços públicos na área de serviços gerais. Atualmente existem 21.768 usuários ativos no SIASG e vem sendo utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do SISG, por meio de terminais ligados por rede de comunicação de dados à Rede SERPRO, é acessado via internet, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

*Manutenção e Adequação do SIASG* - Foram implementadas em torno de 100 modificações significativas no SIASG, de acordo com as necessidades impostas pela evolução da legislação e otimização dos processos administrativos, dentre as quais destacam-se as decorrentes da integração com as bases de dados de outros órgãos, dos requisitos das compras eletrônicas, da integração do CATMAT com os demais módulos do SIASG, com o SIORG e da implementação de funcionalidades no Sistema. A quantidade de usuários que acessam o sistema através de senhas disponibilizadas e administradas pelo DLSG ultrapassou a marca dos 18 mil, neste exercício.

*Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF*: O sistema gerencia o registro cadastral único, cujo objetivo é habilitar pessoas físicas e jurídicas cadastradas no sistema, mediante a apresentação da documentação estipulada nos incisos I, II e IV do art. 27, quando for o caso, combinados com os artigos 28, 29 e 31, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, possibilitando a análise quanto à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira. O SICAF tem, hoje, em torno de 172 mil fornecedores cadastrados, sendo: 25.394 - Pessoa Física; 46.541 - Micro Empresa; 44.576 - Pequena Empresa; e 55.630 - Médias e Grandes Empresas. Existem, hoje, em torno de 1.206 unidades cadastradoras do SICAF e, 1898 Unidades Compradoras distribuídas pelo Brasil, podendo ser identificada sua localização através do sítio COMPRASNET. São feitos em torno de 2.000 novos cadastros por mês.

*Desenvolvimento de Acesso WEB para o SICAF*: Visando o gerenciamento seguro da informação foram implementadas novas rotinas integradas a outros bancos de dados, como é o caso do SICAF, disponível também na versão web, estando totalmente integrado com as bases de dados dos sistemas corporativos da Secretaria de Receita Federal - SRF, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Caixa Econômica Federal/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, além da Imprensa Nacional. Essa funcionalidade visa facilitar a utilização do referido sistema pelos Estados, Municípios e órgãos da Administração Pública Federal, que poderão consultar dados dos fornecedores via Internet. Essa tecnologia estendeu-se nesse exercício aos demais módulos do SIASG, permitindo acesso mais fácil e interface mais amigável a todos os usuários do Sistema.

*Catálogo de Materiais - CATMAT e Catálogo de Serviços – CATSER*: O sistema promove a catalogação dos materiais e serviços destinados às atividades fins e meios da Administração Pública Federal, de acordo com critérios adotados no “Federal Supply Classification” e a identificação dos itens catalogados com os padrões de desempenho desejados. Foram criados, até julho de 2002, 54.592 itens de materiais e 2.273 itens de serviços, organizados em 15.350 linhas de fornecimento. Foram treinados 30 novos técnicos para as Agências de Catalogação dos Ministérios da Saúde, Agricultura, Fazenda e Educação, em adição aos 15 já treinados no exercício anterior. A criação de equipes técnicas especializadas em catalogação de materiais e serviços, denominadas Agências de Catalogação, viabiliza a identificação, classificação e descrição detalhada dos itens de materiais e serviços de maior consumo pelo respectivo órgão, facilitando e agilizando, sobremaneira, a padronização dos materiais e serviços que compõem o Catálogo. Os resultados obtidos nessa atividade foram: o incremento do Catálogo Unificado de Materiais e Serviços, integrando-o aos demais módulos do SIASG; a análise da estrutura OTAN de classificação de itens de suprimento; e o atendimento a 2200 UASG's, de todo o País, na atribuição de códigos de materiais e serviços e, identificação e cadastramento de Linhas de Fornecimento.

*Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDE*: O sistema realiza o cadastramento de processos de compras e contratações efetuados pela Administração Pública Federal, em todo o território nacional, e conseqüente envio eletrônico de matérias relativas aos avisos e editais de licitação, dispensa e inexigibilidade e dos resultados à Imprensa Nacional, disponibilizando, ainda, no Portal de Compras do Governo Federal, acima indicado, os avisos, os editais e os resultados de licitações. No ano de 2002, foi publicado, até o mês de dezembro, um total de 13.897 avisos de licitações no Diário Oficial e 26561 no Comprasnet, sendo:

MODALIDADE	DIÁRIO OFICIAL	COMPRASNET
CONVITES	2.798	15.462
TOMADAS DE PREÇO	3.731	3.731
CONCORRÊNCIAS INTERNACIONAIS	87	87
CONCORRÊNCIAS	1.432	1432
PREGÕES	5.848	5.847

*Sistema de Preços Praticados – SISPP:* O sistema registra os valores praticados nos processos de contratações governamentais, discriminados por unidade de medidas, de padrão legal e de marcas, com vistas a subsidiar o gestor, a cada processo, na estimativa da contratação e antes da respectiva homologação, para confirmar se o preço a ser contratado é compatível com o praticado pela Administração Pública Federal.

*Sistema de Minuta de Empenho – SISME:* O sistema possibilita a elaboração da minuta de empenho, no SIASG, com o respectivo envio ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, gerando a Nota de Empenho, eliminando assim a dupla entrada de dados e garantindo que todas as informações contratuais relativas aos órgãos integrantes do SISG sejam registradas e tratadas no SIASG. No ano de 2002, até Dezembro, 513.150 empenhos foram gerados no sistema, perfazendo um total de R\$ 7.006.000,00 (sete bilhões e seis milhões de reais).

*Sistema de Gestão de Contratos – SICON:* O sistema efetua o cadastramento dos extratos de contratos firmados pela Administração Pública Federal e o envio eletrônico, para publicação, pela Imprensa Nacional, bem como o acompanhamento da execução contratual, por intermédio do respectivo cronograma físico-financeiro disponibilizado no COMPRASNET. Em 2002, foi cadastrado e divulgado através do SIASG, até o mês de dezembro, um total de 27.010 contratos e 17.090 Termos Aditivos de contratos. Em 2001, o Sistema de Acompanhamento de Contratos - SICON foi ampliado para permitir que o registro e o acompanhamento do cronograma físico e financeiro das contratações, efetuadas pelos Órgãos da Administração Pública Federal que utilizam o SIASG, suprisse esses Órgãos, com as informações atualizadas sobre a execução dos contratos cadastrados. Encontra-se em fase de cadastramento os cronogramas dos diversos órgãos. Até 31 de dezembro, foram cadastrados 1.780 cronogramas de contratos de diversos órgãos da Administração Pública Federal.

*Comunica:* Trata-se de um recurso do sistema, que permite a comunicação entre os órgãos que utilizam o SIASG, para a realização de consultas e divulgação de informações de interesse dos Gestores Públicos. Conforme determinações contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (de 2002 e 2003), todos os órgãos integrantes do Orçamento Geral da União devem, a partir de 2003, registrar suas compras e contratações nas bases de dados do SIASG, o que deverá proporcionar uma visão integral dos gastos da Administração Pública Federal. Com isto, a partir do corrente exercício, o SIASG passará a contar com informações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para isso, mais 3.000 servidores estão sendo treinados, em parceria com a ENAP, para a utilização do SIASG pelos demais Poderes.

*Registro de Fornecedores Inadimplentes:* Por solicitação do Tribunal de Contas da União e de órgãos da Justiça Federal, o DLSG implementou funcionalidade que viabiliza a inscrição no SICAF de Pessoa Física e/ou Jurídica inadimplente que não estão cadastradas no referido Sistema, proibidas de contratar com o Serviço Público Federal.

## **Valorização do Servidor Público**

### **Auditoria na Área de Recursos Humanos**

*Finalidade:* ação de investigação e pesquisa na base de dados dos sistemas informatizados, bem como nos registros e arquivos físicos “*in loco*” dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, por meio das quais se verifica a legalidade e a regularidade das informações e dos procedimentos e atos administrativos relacionados à folha de pagamento e à gestão de recursos humanos, em conformidade com as normas emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC.

As Auditorias Sistêmicas são mandatárias anualmente e as Auditorias Operacionais devem ser realizadas no próprio Órgão. Embora no Sistema constem 25 auditorias para o exercício de 2002, foram realizadas 10 caracterizadas como Auditorias Operacionais e 91 Sistêmicas, executadas na base de dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Devido ao contingenciamento de recursos foram realizadas apenas 04 Operacionais e 113 Sistêmicas, totalizando 117. Saliente-se, ainda, que foram realizadas, em 2002, Auditorias Especiais. Com as realizações destas Auditorias, a expectativa de economia foi na ordem de R\$ 103 milhões. Assim como as Auditorias Operacionais, as de Sistemas são planejadas no início do exercício, porém a qualquer momento outras poderão ser demandadas pelos órgãos, Secretaria de Recursos Humanos - SRH, pela Secretaria Federal de Controle - SFC ou por meio de denúncias.

## **Capacitação de Servidores Públicos Federais em Desenvolvimento Gerencial**

*Finalidade:* Promover o aumento da capacidade institucional da administração pública brasileira, contribuindo para a o desenvolvimento de uma administração pública ágil e eficiente, de tal forma a garantir melhor qualidade na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas. Para tanto, foi elaborado um processo de educação continuada denominado Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores – DGOS, com aulas presenciais e atividades de *coaching* na Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e Escola de Administração Fazendária – ESAF, com a coordenação da Secretaria de Gestão –SEGES/MP.

A partir do acompanhamento de cada edição, o DGOS foi sendo aperfeiçoado e adaptado para atender às especificidades de cada órgão. A meta para 2002, constante no Plano Plurianual (PPA) é de 1.200 servidores capacitados. Entretanto, houve proposta de alteração da meta de 2002, de 1.200 para 200 servidores capacitados, tendo em vista os constantes contingenciamentos de recursos a que as ações de capacitação foram submetidas. Em 2002, foram capacitados 677 servidores em DGOS, sendo 477 em 22 turmas na ENAP e 200 em 5 turmas na ESAF.

ESAF - em 07 de dezembro de 2001 foi firmado um Termo Aditivo nº02, à Carta de Acordo entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Escola de Administração Fazendária -ESAF, para a elaboração e aplicação do DGOS, seguindo às orientações da equipe técnica da SEGES, com repasse de R\$ 445.500,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais), para a realização de 13 turmas, no período de Dez/2001 a Dez/2002, capacitando 375 servidores da Administração Pública Federal. Entretanto, a ESAF não pode utilizar parte dos recursos repassados para a capacitação em 2002, em virtude do contingenciamento de recursos adotado pelo Governo Federal, devolvendo ao PNUD parte dos recursos e realizando somente 05 turmas de DGOS, totalizando 200 servidores capacitados, no período de Dez/2001 a Dez/2002.

ENAP - O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão firmou um Termo Simplificado de Convênio nº004/2000, com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP para repassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais), para a realização de 15 turmas de DGOS, no ano de 2002, capacitando 383 servidores públicos federais. Para atender as novas demandas de capacitação gerencial, a Secretaria de Gestão autorizou, em 12 de novembro/2002, a realização pela ENAP de 07 (sete) novas turmas de DGOS, no âmbito de várias instituições públicas federais, por meio de um Termo Aditivo ao Convênio ENAP/MPnº004/2000, no valor de 146.011,58 (cento e quarenta e seis mil onze reais e cinquenta e oito centavos). Em resumo, a ENAP realizou em 2002, 22 turmas de DGOS, capacitando 477 servidores públicos federais.

## **Formação Básica para Servidores Públicos Federais – FORMAR**

O projeto FORMAR trata da educação continuada. A formação básica é uma iniciativa do Governo Federal que visa proporcionar aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a conclusão do segundo grau, refletindo na melhoria da qualidade de vida e dos serviços prestados. Este projeto estimula o trabalho voluntário dentro da Instituição.

Como o Plano Diretor da Reforma prevê a valorização do servidor para a cidadania, com o objetivo de resgatar os talentos individuais e promover a sinergia dos grupos e organizações que constituem a Administração Pública Federal - APF, visando a oferecer ao cidadão brasileiro serviços de melhor qualidade e maior prontidão às suas demandas, foi verificada a escolaridade dos servidores públicos, 1º e 2º graus incompletos. A meta prevista para 2002, de 55.000 servidores foi redimensionada para abranger 3.000, devido às dificuldades para implementação desta Ação por falta de estabelecimento de acordos de cooperação com instituições privadas, com parcerias (Secretarias Estaduais e Ministérios), instalações (salas de aula, equipamentos de vídeo) e institucionalização do Projeto. Atualmente o Projeto está sendo desenvolvido por 30 órgãos/entidades da APF em Brasília e nos Estados do Amazonas, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, contando com cerca de 4.150 alunos, incluindo os que estão aguardando a instalação de suas salas de aula, o que se considera, portanto, meta atingida. Ainda, em 2002, foram firmados convênios com as os Estados de Pará, Bahia, Maranhão e Piauí que iniciarão, em 2003, os cursos pelas redes estaduais e municipais de ensino. Foram feitos, também, nos últimos meses contatos com as Secretarias de Educação dos Estados de Alagoas, Amazonas, Ceará, Rio de Janeiro, Paraná, Sergipe, Santa Catarina e Paraná, que já se manifestaram positivamente, com vistas à celebração de convênios para viabilizar o apoio aos cursos pelas redes estaduais e municipais de ensino. Quanto às divergências entre os valores previstos e os realizados decorrem de contingenciamento dos orçamentos.

## **Implantação das Gerências Regionais de Administração de Pessoal - GERAP**

Foram previstas e implantadas duas Gerências Regionais de Administração de Pessoal – GERAP, em 2002, sendo uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro, com a finalidade de exercer a gestão de recursos humanos, visando o atendimento aos aposentados, aos pensionistas, aos servidores em exercício provisório, aos ativos dos órgãos e das entidades em processo de extinção da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como das obrigações sociais e trabalhistas das entidades liquidadas.

As atividades principais destas Gerências são a prestação de atendimento a todos os inativos e pensionistas, aos ativos em fase de redistribuição; ex-servidores de órgãos extintos e aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do ADCT; execução das atividades relativas ao pagamento, ao cadastro e aos benefícios; administração dos assentamentos funcionais; emissão das informações e dos pareceres relativos a processos de sentenças judiciais; prestação de subsídios para defesa da União nas demandas de natureza trabalhista em que o Ministério seja parte; representação do Ministério em juízo, na condição de preposto, nos assuntos inerentes à área de recursos humanos e à observação do estrito cumprimento da legislação, dos prazos e das ordens judiciais; emissão de informações para atendimento das diligências do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle; análise dos processos relativos a faltas disciplinares com a adoção dos procedimentos de exame e instalação de comissão de processo administrativo disciplinar.

Os resultados obtidos pela GERAP em 2002, bem como algumas soluções encontradas para melhorar a qualidade de seus serviços foram:

*Gerência Regional de Administração de Pessoal - GERAP/Brasília – DF:* Execução da folha de pagamento de aproximadamente, 8.220 servidores ativos, aposentados e pensionistas de órgãos da Administração Pública extintos ou em processo de organização, de 151 anistiados políticos com pagamentos já efetivados e 113 em fase de execução, bem como a manutenção do cadastro, registros funcionais e frequência; Criação de Programa de FGTS, a fim de subsidiar à CEF nos cálculos dos valores a serem pagos referentes aos Planos Econômicos (Verão: março/1989 e Collor I: maio/1990); Migração das informações, para o referido Programa, constantes em diversos arquivos do Banco de Dados do FGTS/LBA, de 8.068 ex-servidores da ex-FLBA que já receberam o resíduo, administrativamente, dos Estados: AC, AM, BA, ES, MG, PA, CE, DF, GO e SP. Administração de 462.623 dossiês de servidores e ex-servidores de órgãos e entidades extintos e em processo de reorganização.

*Gerência Regional de Administração de Pessoal no Rio de Janeiro - GERAP/RJ:* Será responsável pelos acervos dos órgãos extintos localizados na Região Sudeste. Os referidos acervos que se encontram atualmente sob responsabilidade da GERAP/DF, serão transferidos para aquela Unidade, quando de sua estruturação definitiva. Hoje suas atividades principais consistem em atendimento aos servidores da extinta Fundação Roquette Pinto que se encontram em exercício na Associação de Comunicação Educacional Roquette Pinto – ACERP/OS, bem como dos aposentados e pensionistas que se encontram no Rio de Janeiro, não só em relação àqueles que em atividade estavam lotados na ex-FRP, como também outros aposentados e pensionistas vinculados a outros Ministérios que, atualmente, não tem representação no Rio de Janeiro; dos ex-funcionários do ex-Lloydbrás; da ex-Companhia Usinas Nacionais; e, mais recentemente (novembro de 2002) do ex-Armazéns Gerais da Estrada de Ferro – AGEF/RFFESA. Ressalte-se que, a partir de novembro de 2002, a GERAP/RJ iniciou o Recadastramento de todos os servidores aposentados e pensionistas da ex-Fundação Roquette Pinto, hoje vinculados ao MP, em obediência ao estatuído pelo Decreto nº 2.251, de 12 de junho de 1997. Quanto às divergências entre os valores previstos e os realizados decorrem de contingenciamento dos orçamentos.

## **Sistema de Informações Gerenciais de Recursos Humanos**

O Plano de Reforma do Estado tem como objetivo permitir a transparência na implementação das ações de governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação por meio dos dados extraídos da base de dados do SIAPE. Consiste este Sistema em uma meta mensal tendo em vista o processamento da folha de pagamento realizada, mensalmente, e conseqüente 12 processamentos anuais, portanto, a meta foi atingida, sistema mantido.

## **Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE**

Insere-se entre as metas do Plano Diretor da Reforma do Estado a implantação de sistemas gerenciais voltadas para a gestão administrativa, permitindo a transparência das diversas ações de Governo,

possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o Governo como um todo e a sociedade. Para este fim, foram desenvolvidas e encontram-se em desenvolvimento Sistemas de Informações, folha de pagamento e os dados cadastrais dos servidores civis federais ativos, aposentados – SIAPE. A meta foi mantida, para 2002, processamento mensal da folha de pagamento, conseqüentemente, 12 processamentos anuais.

Esta Ação além de realizar, mensalmente, o pagamento de aproximadamente 1.200.000 servidores públicos federais civis, ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo, visa, exclusivamente, o controle de gastos com pessoal e a unificação da folha de pagamento de todos os órgãos da Administração Pública Federal. Dentre outras atividades principais realiza a disponibilização, via interface (SIAPENET) informações para consultas e atualizações de dados cadastrais pelos usuários e o processamento da RAIS e da Declaração Anual de Renda dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.